

AS CONTRIBUIÇÕES DA AVALIAÇÃO NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Camila Baseggio Gräff ¹
Marisa Brandão Leuchtenberger ²
Morgana Domênica Hattge ³

RESUMO

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) é orientado pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), pela Lei nº 9.394/1996, além de decretos como nº 12.686/2025, nº 12.773/2025, que estabelecem a educação inclusiva como princípio do sistema educacional, sendo um atendimento complementar à escolarização, com a finalidade de organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem barreiras à aprendizagem e à participação dos estudantes. Nesse contexto, a avaliação no AEE assume natureza investigativa, processual e pedagógica, voltando-se à identificação das necessidades educacionais específicas, das potencialidades dos estudantes e das necessidades para o acesso ao currículo e à participação no contexto escolar. Conforme discutem Siluk e Pavão (2015), esse processo avaliativo orienta a tomada de decisões pedagógicas, fundamenta a organização do Plano de Atendimento Educacional Especializado e subsidia a implementação e o monitoramento contínuo das estratégias de ensino e dos recursos de acessibilidade. O presente trabalho tem como objetivo analisar a concepção de avaliação no AEE, compreendendo seus fundamentos teóricos, finalidades pedagógicas e implicações para a organização das práticas inclusivas. Trata-se de um relato de experiência, fundamentado nas políticas públicas de educação inclusiva e nas percepções das autoras acerca do tema. Os resultados iniciais evidenciam que a avaliação processual no AEE, articulada com o planejamento, amplia o olhar pedagógico sobre as necessidades específicas dos estudantes, fortalece práticas inclusivas e contribui para a organização de ações integradas entre os profissionais. Conclui-se que a inclusão escolar pressupõe processos avaliativos contínuos, reflexão sistemática sobre as práticas pedagógicas, colaboração docente e compromisso com a garantia do direito à educação e à participação dos estudantes.

Palavras-chave: Avaliação, Atendimento Educacional Especializado, Educação inclusiva.

INTRODUÇÃO

Hoje, no século XXI, a inclusão é um conceito indissociável à educação democrática. Quando refletimos sobre a educação inclusiva, retomamos um dos direitos que estão dispostos na Declaração Universal dos Direitos Humanos que pressupõe o acesso de todos à educação.

1 Mestranda em Ensino do Programa de Pós Graduação em Ensino da Universidade do Vale do Taquari Univates - RS, camila.graff@universo.univates.br;

2 Mestranda em Ensino do Programa de Pós Graduação em Ensino da Universidade do Vale do Taquari Univates - RS, mlbrandao@universo.univates.br;

3 Doutora em Educação, Docente do Programa de Pós Graduação em Ensino da Universidade do Vale do Taquari Univates - RS, mdhattge@univates.br;



Nesse sentido, o termo 'todos' assume uma dimensão interseccional, abrangendo a pluralidade de etnias, grupos sociais e identidades, bem como a garantia de equidade para as pessoas com deficiência, assegurando que o sistema educacional responda à singularidade humana em suas diferentes dimensões.

Essa compreensão global acerca da inclusão reflete na construção das políticas nacionais, que buscam garantir a equidade por meio de suportes específicos. Logo, no Brasil, essa perspectiva é consolidada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), além de decretos como nº 12.686/2025 que instituiu a nova Política Nacional da Educação Especial Inclusiva no Brasil, e, do decreto nº 12.773/2025 que trata da obrigatoriedade de documentos como o Plano Educacional Individualizado (PEI) e do Plano de Atendimento Educacional Especializado (PAEE), buscando maior personalização do atendimento pedagógico e dos profissionais envolvidos.

Tais políticas estabelecem o Atendimento Educacional Especializado (AEE) como o pilar de sustentação para a permanência e o sucesso dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. O AEE não deve ser compreendido como um reforço escolar, mas como um serviço pedagógico que atua na identificação e eliminação de barreiras, promovendo a autonomia e o acesso pleno ao currículo comum.

Sob essa perspectiva, a avaliação no AEE assume um papel central, pois possui natureza investigativa, processual e pedagógica. Na avaliação do AEE, busca-se mapear as potencialidades dos estudantes, utilizando-as como base para pensar nas necessidades educacionais específicas dos estudantes, que servem de suporte para a elaboração dos planos de atendimento educacional especializado (PAEE).

Dessa forma, o presente artigo tem como objetivo analisar a concepção de avaliação no AEE, compreendendo seus fundamentos teóricos, suas finalidades pedagógicas e as implicações práticas para a organização das escolas. Para tanto, a pesquisa configura-se como um relato de experiência, fundamentado na análise das políticas públicas vigentes e nas percepções das autoras a partir da prática cotidiana na educação especial.

Os resultados iniciais demonstram que essa prática não apenas qualifica o atendimento individualizado, mas também incentiva os compartilhamentos entre professores da sala



regular e do AEE, otimizando o uso de recursos de acessibilidade. Por fim, conclui-se que a consolidação da inclusão escolar depende de processos avaliativos contínuos e de uma reflexão crítica sobre o fazer pedagógico, garantindo que o direito à educação não apenas garanta o acesso, mas a participação efetiva dos estudantes.

METODOLOGIA

Este trabalho caracteriza-se como um relato de experiência, construído a partir das práticas pedagógicas desenvolvidas pelas autoras no contexto do Atendimento Educacional Especializado (AEE) em suas respectivas escolas. As percepções foram construídas a partir de registros do cotidiano escolar, observações das práticas pedagógicas realizadas no AEE e das interações estabelecidas com estudantes, professores da classe comum e famílias. Através desse relato buscamos fazer uma análise reflexiva da prática profissional.

A análise das experiências foi realizada de forma reflexiva, buscando identificar aspectos relacionados aos processos de avaliação pedagógica no contexto do AEE, às estratégias utilizadas e às articulações estabelecidas entre o atendimento especializado e a sala regular. Nesse sentido, o presente relato não tem a intenção de apresentar resultados que possam ser replicados, mas, de contribuir para a reflexão sobre as avaliações pedagógicas presentes na organização do Atendimento Educacional Especializado.

Por se tratar de um relato de experiência baseado em práticas pedagógicas, sem identificação dos estudantes envolvidos, foram preservados os princípios éticos da pesquisa em educação, garantindo-se o anonimato e a confidencialidade das informações. Não foram utilizadas imagens ou dados nesse trabalho.

REFERENCIAL TEÓRICO

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) no Brasil é um serviço da educação especial que busca identificar, elaborar e organizar recursos para a acessibilidade dos estudantes. Conforme a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), o Decreto nº 7.611/2011, Decreto nº 12.686/2025, o público-alvo do AEE é constituído por estudantes com deficiência (física, intelectual, visual, auditiva ou múltipla), transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. Importante destacar que o AEE não substitui o ensino regular, mas o complementa. Segundo a Resolução CNE/CEB nº 4/2009, os atendimentos ocorrem preferencialmente no turno inverso ao da



classe regular, sendo ofertado de forma individual ou em grupos, dependendo da necessidade dos estudantes. Geralmente os atendimentos ocorrem em uma sala de recursos multifuncionais, dependendo da organização estrutural da escola.

Bridi e Pavão (2015) compreendem o Atendimento Educacional Especializado como um serviço que ocorre em estrita ligação e articulação com o ensino comum, com o objetivo de viabilizar e garantir a aprendizagem escolar dos estudantes em situação de inclusão. Assim, o AEE, configura-se como um espaço pelo qual se identificam e são oferecidos os recursos e as estratégias necessária à aprendizagem dos estudantes, com o objetivo de potencializar o aprender, tanto no contexto da Sala de Recursos Multifuncional (SRM) mas, principalmente, no contexto da sala de aula comum. Entendemos ser o contexto de sala de aula comum o espaço pedagógico responsável pela construção dos conteúdos escolares, visto que cabe aos professores a criação de estratégias e condições necessárias para que a aprendizagem escolar aconteça.

Os atendimentos do AEE são realizados por professoras cuja formação inicial o habilita para o exercício da docência e tenha formação específica em Educação Especial, Educação Inclusiva ou em Atendimento Educacional Especializado. Entende-se que essa formação complementar auxilia o profissional a compreender a legislação vigente acerca do serviço, bem como estratégias para promover a acessibilidade dos estudantes. O papel desse profissional é de suma importância, pois ultrapassa os atendimentos diretos com os alunos. As professoras de AEE atuam como articuladores entre a escola, a família e os serviços de saúde da localidade.

Antes mesmo de iniciar os atendimentos na sala de recursos, as professoras do AEE iniciam seus atendimentos por meio das entrevistas com as famílias, com os profissionais que atendem as crianças fora do ambiente escolar, bem como a observação (quando possível) do estudante na classe regular. Com essas observações, conseguem fazer sua avaliação inicial.

Assim, torna-se necessário questionar o sentido da avaliação no AEE. Diferente de classificar os estudantes, a avaliação pedagógica busca compreender as condições de aprendizagem e as barreiras que interferem nesse processo. Precisamos entender que o ato de avaliar no AEE supera uma visão classificatória. Como bem define Sacristán, avaliar é um processo abrangente que envolve analisar e valorizar as características de alunos, ambientes e objetivos educativos. Nessa perspectiva, a avaliação da aprendizagem é um processo contínuo



e interventivo. Ela não busca apenas constatar o que o aluno não sabe, mas identificar o que ele "é capaz de realizar em sala de aula e fora dela", com ou sem os apoios necessários para superar as barreiras escolares (Anache e Resende, 2016).

Nesse sentido, a avaliação pedagógica assume seu papel de tomada de decisão. Conforme reforçam Christofari e Baptista (2012), ela serve como um acompanhamento que visa construir estratégias de ensino personalizadas. Não se avalia para rotular, mas para fundamentar a prática

[...] a partir das informações levantadas sobre o processo de aprendizagem do aluno (não apenas as dificuldades), é possível traçar os processos de ensino pelos quais o professor fundamentará a prática pedagógica (Anache e Resende, 2016, p. 177).

Logo, compreende-se que a avaliação

caracteriza-se como processo contínuo e interventivo, possibilitando identificar o que o aluno é capaz de realizar em sala de aula e fora dela, com ou sem apoios necessários para o enfrentamento e superação das dificuldades escolares. Para esse fim, é preciso valorizar as criações dos alunos diante dos desafios que depreendem das atividades de ensino, considerando-os modos singulares de expressão do que se aprendeu, subsidiando a construção de outras/novas propostas educacionais que permitam o desenvolvimento do estudante (Anache e Resende, 2016, p. 576).

Bridi (2011), salienta que o diagnóstico no campo da educação especial, historicamente, tem sido produzido a partir da clínica, mais especificamente a partir da ação da medicina e da psicologia, determinando a configuração das práticas pedagógicas e escolares. Neste contexto, os efeitos dos diagnósticos clínicos têm sido delimitador e/ou limitador da ação da escola e dos professores, já que servem, muitas vezes, para justificar a não proposição de situações de aprendizagem para determinados estudantes, bem como a estagnação do percurso escolar de outros. Para a autora, as críticas que se tecem referem aos usos, abusos e efeitos que esses diagnósticos clínicos exercem no contexto escolar sobre as práticas pedagógicas, em geral reduzindo-as e limitando-as.

Dessa forma, a avaliação não pode se restringir à identificação de limitações, mas voltar-se à compreensão das condições pedagógicas para que o estudante tenha acesso ao currículo. Bridi (2011), defende a realização de uma avaliação da aprendizagem do estudante e das condições necessárias ao seu aprendizado, prevendo e promovendo no contexto escolar os recursos, os instrumentos, as estratégias exigidas aos processos de aprendizagem. Nesse contexto, é preciso levar em consideração também a contribuição de outros profissionais que atendem o estudante (profissionais da equipe de apoio). A avaliação, dessa forma, passa a ser



considerada coletiva, de modo que possibilita conhecer e refletir sobre as condições do ambiente e as oportunidades de experiências que esse estudante tem.

Do ponto de vista pedagógico, a contribuição dos professores da sala comum torna-se imprescindível para se conhecer o desempenho e necessidades de aprendizagem dos estudantes no processo de avaliação. O conhecimento do planejamento pedagógico, a forma como são realizadas adequações, objetivos, procedimentos e recursos utilizados, são dados que interessam a avaliação pedagógica do estudante que frequenta o Atendimento Educacional Especializado.

Isso implica em compreender que o AEE também envolve uma análise do currículo, as práticas pedagógicas e as condições que estruturam a escolarização. Para que o AEE não se torne um serviço isolado, é preciso que a avaliação esteja intrinsecamente ligada ao debate do currículo. Segundo Haas e Baptista (2019), garantir a participação e o aproveitamento desses estudantes envolve ampliar seus espaços de deslocamento e atuação na escola, não restringindo o atendimento a lugares ou tempos estáticos.

Ainda as autoras Bridi e Pavão (2015), ressaltam que a ação das professoras especializadas e a proposição de suas ações devem envolver a construção de um trabalho coletivo, cooperativo e articulado com a proposta pedagógica e a ação do ensino comum. Uma tarefa desafiante e exigente aos envolvidos, mas necessária à efetivação de experiências educacionais inclusivas.

Assim, discutir a avaliação no AEE implica em refletir os processos que envolvem as características do estudante, as barreiras, os recursos disponíveis e as estratégias utilizadas. A avaliação deixa de operar como mecanismo de classificação e passa a constituir-se como instrumento de análise pedagógica, orientando a construção de estratégias de acessibilidade e participação no currículo escolar.

Dessa forma, compreende-se que o Atendimento Educacional Especializado configura-se como um serviço fundamental para a efetivação da educação inclusiva, ao promover condições pedagógicas que favoreçam o acesso, a participação e a aprendizagem dos estudantes público-alvo da educação especial no contexto escolar. Nessa perspectiva, a avaliação no AEE assume caráter contínuo, pedagógico e interventivo, voltado à compreensão das potencialidades dos estudantes, das barreiras presentes no ambiente educacional e das estratégias necessárias para superá-las. Longe de uma função classificatória ou limitadora, a



avaliação passa a orientar a tomada de decisões pedagógicas, articulando o trabalho das professoras do AEE com os docentes da sala comum, a família e os demais profissionais envolvidos no processo educativo. Assim, ao considerar as singularidades dos estudantes, as condições do currículo e as práticas pedagógicas da escola, o AEE contribui para a construção de estratégias de acessibilidade e para a ampliação das oportunidades de aprendizagem, fortalecendo uma prática educativa colaborativa, reflexiva e comprometida com a garantia do direito à educação para todos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As experiências vivenciadas no cotidiano escolar evidenciaram que a avaliação realizada no AEE possui características distintas das avaliações tradicionalmente utilizadas na escola, assumindo um caráter investigativo. Durante a realização dos atendimentos, percebemos que a avaliação no AEE não se limita à verificação de conteúdos aprendidos, mas busca compreender como o estudante aprende, quais estratégias utiliza para resolver determinadas situações e quais barreiras interferem em seu processo de escolarização. Esse movimento investigativo permite identificar potencialidades que muitas vezes não aparecem nas avaliações classificatórias utilizadas no ensino regular.

Nesse sentido, as avaliações classificatórias frequentemente apresentam resultados limitados para orientar a prática pedagógica, pois indicam apenas se o estudante atingiu ou não determinado objetivo curricular, sem evidenciar quais aspectos do processo de aprendizagem necessitam de mediação pedagógica. Por outro lado, a avaliação realizada no AEE possibilita uma análise mais ampla das condições de aprendizagem do estudante. Durante os atendimentos, buscamos observar não apenas o desempenho acadêmico, mas também aspectos relacionados à comunicação, à interação, ao tempo e espaço necessário para realização das propostas. Essas observações permitem compreender de forma mais aprofundada as necessidades educacionais do estudante e orientar a elaboração do Plano de Atendimento Educacional Especializado (PAEE).

Um aspecto observado pelas professoras é a contribuição da avaliação que o AEE faz para o trabalho desenvolvido na sala de aula comum. A partir das informações obtidas no processo avaliativo, foi possível dialogar com os professores do ensino regular sobre estratégias pedagógicas que poderiam favorecer a participação dos estudantes nas atividades escolares. Em diferentes situações, as avaliações realizadas no AEE auxiliaram os professores



da sala regular no planejamento de suas aulas, especialmente no que se refere à adaptação de atividades, organização de recursos pedagógicos e flexibilização de estratégias de ensino. Isso evidencia que a avaliação no AEE ultrapassa o atendimento individual do estudante e contribui para a construção de práticas pedagógicas mais inclusivas no contexto da escola.

Outro aspecto observado refere-se à identificação das dificuldades, que geralmente são a ausência de recursos acessíveis, a utilização de linguagem pouco adaptada ou a organização das atividades de forma pouco flexível.

A partir das vivências das professoras, é possível compreender que a avaliação no contexto do Atendimento Educacional Especializado constitui um instrumento fundamental para a construção de práticas educacionais inclusivas, pois contribui na compreensão de suas formas de aprender, além de orientar a construção de estratégias pedagógicas.

A avaliação deve ser encarada como um processo e não como um fim ou um teste, uma medição de resultados. Constitui-se uma ferramenta importante para que o professor saiba onde seu estudante estava, onde está hoje e lhe possibilita a criação de novas possibilidades, que visem ao avanço de todos, tendo os estudantes com deficiência ou não. Portanto, o olhar do professor vai conduzir o desenvolvimento do estudante. Quanto maior a rigidez de suas expectativas e à tendência de querer enquadrar esse estudante em padrões conservadores, maior a probabilidade de tal comportamento repercutir de maneira negativa sobre os ritmos de aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo analisar a concepção de avaliação no contexto do Atendimento Educacional Especializado, buscando compreender seus fundamentos pedagógicos, suas finalidades no processo de escolarização dos estudantes público-alvo da educação especial e suas implicações para a organização das práticas escolares. A partir do relato de experiência desenvolvido no cotidiano do AEE, foi possível refletir sobre o papel da avaliação como instrumento de investigação pedagógica.

A experiência analisada evidenciou que avaliações centradas exclusivamente na verificação de conteúdos produzem informações limitadas para a organização do trabalho pedagógico, pois pouco revelam sobre as estratégias necessárias para favorecer a aprendizagem dos estudantes. Por outro lado, a avaliação desenvolvida no contexto do AEE



possibilita uma análise mais ampla das formas de participação do estudante nas atividades escolares, permitindo identificar aspectos relacionados ao acesso ao currículo, às estratégias de mediação pedagógica e aos recursos necessários para a superação de barreiras educacionais.

Essas reflexões reforçam a compreensão de que a avaliação deve ser entendida como um processo contínuo. Nessa perspectiva, avaliar significa não apenas observar o desempenho do estudante, mas também analisar criticamente as práticas pedagógicas, os recursos disponíveis e as condições institucionais que estruturam os processos de escolarização.

Como dito anteriormente, não busca-se neste trabalho oferecer modelos de avaliação, mas sim, refletir sobre a importância do processo avaliativo no planejamento das práticas educacionais, de modo a garantir que os estudantes tenham acesso, participação e aprendizagem no currículo escolar.

Por fim, salientamos a necessidade da ampliação de pesquisas que investiguem os processos avaliativos no contexto da educação inclusiva, especialmente estudos que observem o cotidiano das escolas.

REFERÊNCIAS

ANACHE, A. A; RESENDE, D. A. R. Caracterização da avaliação da aprendizagem nas salas de recursos multifuncionais para alunos com deficiência intelectual. **Revista Brasileira de Educação**. v. 21 n. 66 jul.-set. 2016.

BRASIL. **Decreto nº 12.686, de 2025**. Institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva. Brasília, DF: Presidência da República, 2025.

BRASIL. **Decreto nº 12.773, de 2025**. Altera o Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025, que institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva. Brasília, DF: Presidência da República, 2025.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, .

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: MEC, 2008

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução nº 4, de 13 de julho de 2009**. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília, DF: MEC, 2009.

BRIDI, F. R. S. Processos diagnósticos e de identificação dos alunos da educação especial: implicações no contexto escolar. In: THOMA, A. S.; HILLESHEIM, B. (orgs.). **Políticas de**



inclusão: gerenciando riscos e governando as diferenças. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2011. p. 70-86.

BRIDI, F. R. S.; PAVÃO, S. M. O. Avaliação e atendimento educacional especializado: enfoques e práticas pedagógicas. In: SILUK, A. C. P; PAVÃO, S. M. O. (org.). **Avaliação: reflexões sobre o processo avaliativo no atendimento educacional especializado.** Santa Maria: Ed. pE.com, 2015. p. 13-30.

CHRISTOFARI, A. C.; BAPTISTA, C. R.. Avaliação da aprendizagem: práticas e alternativas para a inclusão escolar. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, Rio Grande do Sul, v. 25, n. 44, p. 383-398, set./dez. 2012. Disponível em <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/6533/pdf>. Acesso em 06 mar. 2026.

HAAS, C.; BAPTISTA, C. R. Democratização da escola e processos escolares inclusivos: a potência da trama narrativa currículo e Atendimento Educacional Especializado nos cotidianos. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, Rio Grande do Sul, v. 32, 2019. Disponível em <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/41104/pdf>. Acesso em 06 mar. 2026.

SILUK, A. C. P; PAVÃO, S. M. O. (org.). **Avaliação: reflexões sobre o processo avaliativo no atendimento educacional especializado.** Santa Maria: Ed. pE.com, 2015.

